

A educação do cada um por si

*Eliana Gomes de Oliveira **

De nada adianta discutir horário integral, pedagogia, erradicação do analfabetismo etc. enquanto não houver uma política de educação que organize o ensino em bases nacionais (não confundir com uniformização curricular) e que busque a democratização da escola pública.

Ao município cabe, prioritariamente, administrar o 1º grau; ao estado, o 2º grau; ao governo federal, o 3º. Como não há diretrizes, os governos que se sucedem estabelecem o que fazer. Se o partido político que governa o município é diferente daquele do estado, que é diferente do federal, fica-se ao sabor dos ventos, cada qual estabelecendo a sua "política". O tão necessário entrosamento, a fundamental unidade que assegura a articulação de um grau com o outro, fica a ver navios. Num mesmo bairro, lado a lado, convivem a escola municipal, o colégio estadual e a universidade federal — próximos geograficamente e tão distantes de princípios uns dos outros. Além da falta de unidade, vem-se assistindo ao longo dos anos à deterioração do ensino básico — que de básico tem apenas as evasões e repetências. O que vai refletir no ensino superior e, principalmente, nas universidades destinadas à formação de educadores, que repetem os mesmos erros da Escola Normal: insuficiência na formação teórica, precariedade no domínio dos conteúdos, baixo nível de consciência política e domínio superficial de técnicas de ensino.

Desde os tempos do Império e assim: "A descentralização do ensino fundamental, instituída pelo Ato Adicional de 1834 e mantida pela República, quanto ao ensino primário, atingindo um dos pontos essenciais da estrutura do sistema escolar, não permitiu durante um século, edificar, sobre a base sólida e larga da educação comum, a superestrutura do ensino superior, geral ou profissional, nem reduzir a distância intelectual entre as camadas sociais inferiores e as elites do país. O ensino público estava condenado a não ter organização, quebradas como foram as suas articulações e paralisado o centro diretor nacional, donde se devia propagar as instituições escolares dos vários graus de uma política de educação, e a que competia coordenar, num sistema, as forças e instituições civilizadoras, esparsas pelo território nacional" (Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira*).

Em 1990, o fosso continua, em que pese a Lei de Diretrizes e Bases, decretos, reformas etc., pois ainda

não há uma política nacional de educação. Neste fosso, ao longo dos anos, cada um acrescenta mais um jacaré, ou qualquer nome que se dê a política municipal, estadual ou federal. Hoje a função do Ministério de Educação tem-se limitado, ao que parece, a ser fiscal de mensalidades cobradas pelo ensino privado. Deveria ser esta a preocupação maior de um órgão encarregado de coordenar a educação no país? Ofereçam um ensino público de qualidade para que as pessoas tenham direito de opção, como convém numa sociedade democrática, e esta preocupação com mensalidades deixará de existir.

Ha um outro fosso, este causado pela falsa dicotomia entre o saber e o fazer — consequência de um paternalismo existente na educação ("De que adianta ensinar isto, se o pobre coitado não vai entender nem usar na vida prática?")., que esconde, na realidade, o exercício perverso do poder. Não é preciso dizer o que cabe as elites e o que resta as camadas populares. Qualquer dia desses assistiremos novamente a falácia do ensino profissionalizante — cura de todos os males. Ao invés de se formar o indivíduo, prepara-lo integralmente para usar bem a cabeça e as mãos, esquadrejam-no impiedosamente para se ter mão-de-obra qualificada, quando a nação precisa de profissionais por inteiro, da cabeça aos pés.

De pouco adianta constatar que a taxa de analfabetismo declinou, passando de 22,3% em 1981 para 18,5% em 1988 ou que a proporção de pessoas que terminaram pelo menos o 1º grau subiu de 18,3% para 23,8% em 1988, de acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1988, feita pelo IBGE. Números não comprovam, neste caso, melhoria de qualidade. Tornaram-se meros portadores de diplomas. Aulas de cuspe e giz dão certificado, mas não formam ninguém.

Facilitam o acesso das camadas populares à escola pública mas não oferecem condições mínimas que a garantam condições de trabalho para o professor, de aprendizagem para os alunos, melhores salários. Não é suficiente também democratizar o processo de decisão através da participação de professores, assembleias de pais-alunos, eleição de diretores.

É fundamental democratizar o conhecimento para que a escola pública cumpra o seu papel de ensinar como afirma o professor José Carlos Libâneo. "A democratização da escola deve ser entendida como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da

prática educativa escolar visando a elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e a sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade."

A política nacional de educação deve ter como objetivo esta democratização e apoiar-se numa pedagogia e didática que a viabilizem: a pedagogia crítica-social dos conteúdos.

Essencial perceber também que a educação faz parte do processo cultural (há política cultural no país? Não confundir, por favor, com incentivos, subsídios, fechar e abrir torneiras). A Cultura é instrumento de formação do indivíduo, transformação da sociedade, e dela faz parte a educação. Mas infelizmente continuam confundindo antropologia com antropofagia.

O ensino público pode e deve ser administrado pelos estados e municípios, mas é necessário, para sua sobrevivência, uma política única para todo o país como há na economia, respeitando-se as diversidades regionais, mas não se valendo delas para acentuar diferenças, fragmentando, fragilizando-se mais ainda a unidade nacional deste vasto território chamado Brasil.

Convidem nossos melhores profissionais da educação e os tranquem também na Academia de Tênis. Mas não esqueçam — o que aconteceu quando da elaboração do plano econômico — de abrir uma janela para o Brasil. Se não, poderemos acabar resgatando apenas 50 escolas e o restante daqui a não sei quantas gerações.

Nossos alunos, os poucos que conseguem chegar, continuam a sair das universidades sem saber ler, escrever e efetuar as quatro operações. Sem domínio dos conteúdos ensinados, sem conhecimento técnico, sem consciência crítica.

Nossos professores permanecem despreparados, desmotivados, improvisados, mal pagos, com seus salários contabilizados como despesa e não como investimento nesta terra amável.

A política educacional continua partidária e partida.

O pacote econômico quis fazer a todos iguais nessa noite" como diz a música. Quando nos tornarmos todos iguais, de noite e de dia, também na Educação?